

Liame entre Serviço Social e Trabalho

LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2018

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Liame entre Serviço Social e Trabalho

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

L693 Liame entre serviço social e trabalho [recurso eletrônico] /
Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa
(PR): Atena Editora, 2018.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-85107-22-2
DOI 10.22533/at.ed.222182808

1. Assistentes sociais. 2. Políticas públicas – Brasil. 3. Serviço
social – Brasil. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco.

CDD 361.3

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins
comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “Liame entre o Serviço Social e o Trabalho” apresenta uma série de 26 artigos com temas relacionados às áreas de políticas públicas, garantia de direitos, relações com o mundo do trabalho e a formação profissional dos assistente sociais.

Através dos artigos é possível identificar expressões da questão social presentes no atual contexto social, especialmente no Brasil, e que são expressos através da vivência de situações de vulnerabilidades, riscos e violações de direitos.

A abordagem realizada com relação às políticas públicas e políticas de garantia de direitos possibilita o reconhecimento das especificidades presentes em cada uma destas no que se refere aos desafios e potencialidades identificadas no campo da proteção social.

A produção de conhecimentos através das pesquisas na referida área mostra-se essencial no atual contexto brasileiro, em que encontram-se em risco os avanços e garantias conquistados pela classe trabalhadora no que se refere à implementação de políticas públicas que devem materializar as ainda recentes previsões estabelecidas a partir da vigência do Estado Democrático de Direito no país.

Desejo uma boa leitura a todos e a todas, e que este e-book possa colaborar para a formação continuada de estudantes e de profissionais atuantes nas políticas públicas, bem como, para contribuir com o desenvolvimento de novas pesquisas relacionadas às temáticas então apresentadas.

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

EIXO 1: POLÍTICAS PÚBLICAS

CAPÍTULO 1 1

ÉTICA, DIREITOS HUMANOS E POLÍTICA PÚBLICA: ENTRE O PRESCRITO E O REAL

Sônia Lopes Siqueira

Ricardo Marcelo Fait Gorchacov

CAPÍTULO 2 13

A TRAVESSIA ENTRE A CRISE E A PROTEÇÃO SOCIAL: O PANORAMA LATINO-AMERICANO E CARIBENHO

Valter Martins

Carolina Quemel Nogueira Pinto

CAPÍTULO 3 30

A AVALIAÇÃO NO SEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Gisele Dayane Milani

Tassiany Maressa Santos Aguiar

EIXO 2: POLÍTICA DE ASSISTENTE SOCIAL

CAPÍTULO 4 39

A ATUAÇÃO DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL NA POLÍTICA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DA MICRORREGIÃO DE UBÁ/MG

Leiliane Chaves Mageste de Almeida

Maria das Dores Saraiva de Loreto

Suely de Fátima Ramos Silveira

CAPÍTULO 5 52

PARTICIPAÇÃO COMO FOCO DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO PERMANENTE NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Stela da Silva Ferreira

Abigail Silvestre Torres

CAPÍTULO 6 67

REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA: ASSISTENCIALISMO, POLÍTICA SOCIAL E CIDADANIA

Amanda Cardoso Barbosa

EIXO 3: POLÍTICA E SAÚDE

CAPÍTULO 7 76

A PROMOÇÃO DA SAÚDE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NO BRASIL E EM PORTUGAL

Cláudia Helena Julião

CAPÍTULO 8 90

SAÚDE E MEIO AMBIENTE: INTERPRETAÇÕES E PERSPECTIVAS

Maria Maura de Moraes

Neusa da Silva Queiroz

EIXO 4: SEGURANÇA PÚBLICA E CONTROLE SOCIAL ESTATAL

CAPÍTULO 9 105

IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL QUANTITATIVO DOS ASSISTIDOS NO PROJETO PATRONATO DE PARANAÍ

Erick Dawson de Oliveira

Marluz Aparecida Tavares da Conceição

José Erasmo Silva

Maria Imaculada de Lima Montebelo

Karima Omar Hamdan

CAPÍTULO 10 117

O PRINCÍPIO DA IMPARCIALIDADE E A SEGREGAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA NA APLICAÇÃO DA LEI PENAL

Gabriel Cavalcante Cortez

CAPÍTULO 11 120

SÉRIE JUSTIÇA NO ÂMBITO FILOSÓFICO E JURÍDICO

Ingrid Mayumi Da Silva Yoshi

EIXO 5: POLÍTICAS DE GARANTIA DE DIREITOS E VIVÊNCIAS DE SITUAÇÕES DE RISCO SOCIAL

CAPÍTULO 12 124

O ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL COMO INSTRUMENTOS PARA A GARANTIA DE DIREITOS

Claudiana Tavares da Silva Sgorlon

CAPÍTULO 13 133

AÇÕES AFIRMATIVAS: CONCEITOS E CONCEPÇÕES NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Ludimila Rodrigues Nunes

Angela Maria Caulyt Santos da Silva

CAPÍTULO 14 144

CONSTRUINDO A MORADIA ADEQUADA: A LUTA DO GARMIC PELA IMPLEMENTAÇÃO DA VILA DOS IDOSOS, PARI-SP

Filipe Augusto Portes

Lucas Bueno de Campos

Vânia Aparecida Gurian Varoto

Luzia Cristina Antoniossi Monteiro

Nayara Mendes Silva

CAPÍTULO 15 154

OPRESSÃO ÉTNICA E ESTIGMATIZAÇÃO: REPRESENTAÇÃO DOS JUDEUS NAS PROPAGANDAS NAZISTAS

Amanda Cardoso Barbosa

CAPÍTULO 16 163

DIGNIDADES PERDIDAS: UM RELATO DO TRÁFICO DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL

*Christiane Rabelo Britto
Luciana Aboim Machado Gonçalves da Silva
Brunna Rabelo Santiago*

CAPÍTULO 17 173

VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR INFANTIL: O SILÊNCIO DOS INOCENTES

Helen Catarina dos Santos Ferreira

EIXO 6: O CAPITALISMO E AS RELAÇÕES COM O MUNDO DO TRABALHO

CAPÍTULO 18 182

A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO FRENTE ÀS OFENSIVAS DO CAPITAL: O DESAFIO DA OMNILATERALIDADE

*Carolina Poswar de Araújo Camenietzki
Adriana Cristina Omena dos Santos*

CAPÍTULO 19 193

AS CONTROVERTIDAS QUESTÕES DO ESTÁGIO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Jaime Hillesheim

CAPÍTULO 20 208

AS MUDANÇAS PRODUTIVAS DO CAPITAL E A NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO: A ESPECIFICIDADE BRASILEIRA

Cibele da Silva Henriques

CAPÍTULO 21 216

DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E ESTADO BURGUEÊS: REFLEXOS DA OFENSIVA DO CAPITAL À CONSCIÊNCIA DOS TRABALHADORES.

Jéssica Rodrigues Araújo

CAPÍTULO 22 229

GESTÃO EMPRESARIAL E ASCENSÃO FEMININA: UM ESTUDO DE CASO

Cristiane Spricigo

EIXO 7: A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

CAPÍTULO 23 249

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: A PERCEPÇÃO DOS SUPERVISORES DE

CAMPO E DOCENTES

Vivianne Riker Batista de Sousa
Roberta Ferreira Coelho de Andrade
Mayza Lorena Barbosa da Silva Noronha
Maria Gracileide Alberto Lopes

CAPÍTULO 24 260

REQUISIÇÕES E COMPETÊNCIAS DO ASSISTENTE SOCIAL NO USO DAS REGULACOES
PROFISSIONAIS, DAS CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS E TÉCNICAS DE SEU TRABALHO

Isabela Sarmet de Azevedo
Thamyres Siqueira Freire
Marlene Souza dos Santos

CAPÍTULO 25 270

OS DESAFIOS DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE AO PENSAMENTO PÓS-MODERNO: CRÍTICA À
ILUSÓRIA CONCEPÇÃO BURGUESA DE REALIDADE

Ingridy Lammonikelly da Silva Lima
Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida
José Rangel de Paiva Neto

CAPÍTULO 26 281

SERVIÇO SOCIAL E INTERDISCIPLINARIDADE: CONFLUÊNCIAS E DESAFIOS

Nilvania Alves Gomes

SOBRE A ORGANIZADORA..... 291

A TRAVESSIA ENTRE A CRISE E A PROTEÇÃO SOCIAL: O PANORAMA LATINO-AMERICANO E CARIBENHO

Valter Martins

Universidade Federal Fluminense
Instituto de Ciências da Sociedade e
Desenvolvimento Regional
Departamento de Serviço Social de Campos

Carolina Quemel Nogueira Pinto

Universidade Federal Fluminense
Instituto de Ciências da Sociedade e
Desenvolvimento Regional
Departamento de Serviço Social de Campos

RESUMO: A ofensiva contra as políticas sociais sempre foi uma constante do grande capital e das instituições que representam seus interesses. Desde a recomposição das economias nacionais, orientadas pela metamorfose do mercado internacional, a partir dos anos de 1970, surge a preocupação com os indicadores crescentes de pobreza e desigualdade. Nesse cenário a Organização das Nações Unidas ao constatar o crescente índice de pobreza preocupasse em estabelecer um padrão mínimo de proteção social para todos os países, assim, surge a proposta de Piso Básico de Proteção Social que tornar-se um mecanismo para orientação de uma proteção social para todos os indivíduos.

PALAVRAS-CHAVE: Política Social; Proteção Social; Piso Básico de Proteção Social (ONU).

ABSTRACT: The offensive against social policies has always been a constant of great capital and institutions that represent their interests. Since the recomposition of national economies, driven by the metamorphosis of the international market, since the 1970s, there has been a growing concern about the indicators of poverty and inequality. In this scenario, the United Nations Organization, when noticing the increasing poverty rate, was concerned with establishing a minimum standard of social protection for all countries. Thus, the proposal for a Basic Social Protection Floor appears to become a mechanism to guide protection For all individuals.

KEYWORDS: Social Policy; Social Protection; Basic Floor of Social Protection (UN).

INTRODUÇÃO

No romper dos anos de 1970 as crises cíclicas do sistema de produção passam a comprometer, decisivamente, os sistemas de proteção social mais consolidados. A busca pelo rompimento do pacto entre capital, trabalho e Estado encontrou suas bases na crítica ao modelo desenvolvimentista do período de “ouro”, especialmente na forma de intervenção do Estado, nas políticas sociais e no poder que as associações de trabalhadores possuíam

para pressionar o Estado e o capital por uma repartição mais equânime do resultado da produção.

A retomada das ideias liberais sob os auspícios da reforma, que mais tarde foram nomeadas de neoliberalismo, estimulam a livre concorrência, o aumento da produtividade via implantação de tecnologias de gestão da força de trabalho. A busca acelerada por crescimento econômico, momento no qual, desencadeia-se uma nova fase da história, instaurando profundos impactos para os trabalhadores, para os estados e para a proteção social.

O impacto gerado a partir do cenário supracitado gera um aprofundamento das expressões da questão social, especialmente, um empobrecimento generalizado nos países de capitalismo periférico. A década de 1990 demonstrou como as medidas neoliberais capitaneadas por organismos internacionais foram perversas para os mais pobres, registrou-se índices preocupantes com o constante crescimento da pobreza e da desigualdade, com o sucateamento das políticas sociais e com a supressão de serviços universais.

Essa conjuntura levou a Organização das Nações Unidas (ONU) a preocupar-se com os impactos da globalização econômica (crise) e das reformas neoliberais diante da piora dos indicadores sociais para os mais pobres. Ao mesmo tempo, países latino-americanos preocupados com os indicadores e sob orientação de organismos internacionais criam mecanismo de alívio imediato das expressões da pobreza renda associado aos baixos percentuais de acesso a serviços básicos de saúde e de educação.

Os modelos de proteção social desenvolvidos com base no alívio imediato da pobreza, associados a medidas de transferência de dinheiro em espécie, acesso a serviços básicos de saúde e educação, configuram-se como um modelo paliativo e residual do ponto de vista protetivo.

A RECESSÃO ECONÔMICA E A RECONFIGURAÇÃO DOS MECANISMOS DE PROTEÇÃO SOCIAL

A crise que paira sobre os países de capitalismo desenvolvido e em desenvolvimento nos anos de 1970, reconfigura a forma de se fazer política e do Estado responder as demandas por proteção social.

A geopolítica passa a ser definida por organismos internacionais de regulação econômica, o primado da globalização financeira resultado das políticas neoliberais surge como respostas à crise, propõe formulas de recompor economias nacionais sob profundo pacote de reformas com a redução do gasto público direcionado, especialmente à proteção social.

Para Hobsbawm (2011), a história dos anos que se sucedem a partir de 1973 é de um mundo sem suas referências e que escorregou para a instabilidade da crise. A dúvida em torno da crise da década de 1970 paira na questão de como a economia

mundial tornou-se menos instável se os elementos que estabilizavam a economia eram de fato mais fortes que antes. Notadamente aqueles elementos impressos pelo “controle de inventário computadorizado, melhores comunicações e transportes mais rápidos reduziram a importância do volátil ‘ciclo de estoques’ da velha produção de massa” (HOBSBAWM, 2011, p. 394). O método iniciado pelos japoneses é viabilizado pelas tecnologias de informação da década de 1970, capaz de eliminar os estoques do ciclo anterior (fordismo) para a versão Just in time de fornecimento de mercadorias, tendo ainda, uma “capacidade muito maior de variar a produção de uma hora para outra, a fim de enfrentar as exigências de mudança” (HOBSBAWM, 2011, p. 394).

O consumo dos governos com a proteção social e suas transferências para a iniciativa privada após 1973 não atenderam as demandas do capital, era preciso mais, o crash da Bolsa norte-americana em 1987 e a crise do câmbio em 1992 dão sinais e acentuam o ciclo recessivo do capital.

Cabe apontar como elementos desencadeantes da crise, na perspectiva liberal, os que sigo expondo em dois blocos. O primeiro deles sobressai aos problemas estruturais de um modelo em que o Estado intervém no mercado e atua como garantidor deste e que se concretiza em três manifestações. De uma parte, se produz o fim do que vinha se denominando Consenso Keynesiano, que se concretizou basicamente na “denominação” do déficit público e, com ele, imposição ortodoxa econômica que propunha uma intervenção mínima do Estado. De outra, se entende o convencimento de que as políticas sociais tem efeitos negativos muito grave como consequência dos seguintes fatores: a subida de impostos que implica seu financiamento e que poupe a iniciativa privada; os desincentivos que as proteções sociais supõem para seus beneficiários, na medida em que a faz dependente dela, e a rigidez própria do mercado de trabalho em que se garante aos trabalhadores a percepção de um salário mínimo, se agrava a dimensão injustificada e se concede prestações por desemprego. E, por fim, se denuncia as falhas do Estado, a ineficiência do setor público, que contrasta com a gestão eficiente do setor privado; daí que se aposta na privatização não só do setor público empresarial, se não incluso de muitos serviços tradicionalmente públicos.

O segundo bloco de causas explicativas da crise do Estado social tende a um caráter mais conjuntural. Em concreto, se alude a existência de mudanças importantes em diversos campos. Ante tudo, se produzem planos econômicos com alterações muito significativas como consequências de dois fatores: por uma parte, a consolidação nos países mais desenvolvidos de uma economia pós-industrial ou informacional (CASTEL, 1997) baseada na realização de serviços em lugar de produção de bens; e, por outra, a consolidação do processo dinâmico de crescente liberdade de integração mundial dos mercados de trabalho, bens, serviços, tecnologias e capitais, isto é, a globalização financeira, fenômeno que culpa a política social pelo impedimento a competitividade exterior.

Tais transformações conduzem para um cenário de crescente insegurança na medida que a globalização financeira cresce e que a sociedade exalta o individualismo

num contexto dominado pelo liberalismo econômico, em que a ação do Estado e o enfraquecimento do coletivo e do valor da solidariedade parecem categorias de segunda ordem (ESPING-ANDERSEN, 2000).

A crise do Estado social põe em questão a distribuição de responsabilidades; agora se trata de reduzir o tamanho do Estado para reforçar, fundamentalmente, a ação do mercado na hora de fazer frente aos riscos sociais. Desde uma concepção fortemente individualista, os distritos governamentais consideram que as formas de proteção social pública devem reduzir sensivelmente seu tamanho (desaparecer como um todo), pois tal é a única via para lograr a manutenção do nível decrescente econômico e a forma mais adequada para responsabilizar os indivíduos.

Bob Jessop (1999) denomina essa nova fase assumida pelo Estado de *Workfare State* Shumpeteriano, o foco se desloca para a promoção da inovação dos produtos, dos processos de organização e dos mercados, com vistas à competitividade estrutural de economias abertas, a partir de mecanismos de intervenção econômica que priorizam o lado da oferta e não mais o da demanda, como no *Welfare State* Keynesiano.

Portanto, a redução da cobertura estatal de proteção social para fortalecimento do setor mercantil é a nova tônica da economia do período. Em consequência se identificam transformações importantes nos seguintes planos: no modo em que as entidades empresariais organizam suas atividades; nas características dos trabalhadores e de sua posição jurídica; na configuração dos vínculos contratuais que unem o empregador ao empregado; no desenvolvimento das atividades sindicais e, em geral, na defesa coletiva dos interesses dos trabalhadores; e, enfim, no jogo de forças do direito e no papel atribuído à autonomia individual (CORUJO, 2006).

O direito à proteção social é expresso, a partir de então a um conjunto de dispositivos públicos e privados dirigidos à atenção das necessidades sociais dos cidadãos diferenciando dois blocos: proteção social pública e proteção social privada.

As necessidades dos cidadãos passam a ser atendidas por um mix de desenhos: a previdência social, que figura como função exclusiva do Estado, num bloco bastante amplo de países, cabendo sua regulação e legislação unicamente ao poder estatal, podendo ser complementada por seguros privados em muitos países. Os serviços de atenção à saúde já compõem uma heterogeneidade mais ampla, primeiro porque muitos países atuam com seguros privados de atenção à saúde, já outros, desenvolveram mecanismos públicos com a participação da iniciativa privada nos serviços de diagnósticos e laboratoriais e, outros, por exemplo, garantem um atendimento público e gratuito. Também há os que possuem uma infraestrutura pública de serviços, mas que cobram pela atenção. A assistência social, mecanismo de proteção social não contributiva, pauta de serviços sócio assistências, é uma outra forma de proteção social pulverizada de mecanismos, objetivos e modalidades. Nascida da filantropia em alguns países, a assistência social se consolidou em política pública em muitos estatutos de proteção social, sua prestação também é permeada por vários desenhos, passando por públicos estatais, públicos privados, públicos condicionados e, privados.

E o seguro por situação de desemprego.

Esse cenário que encampa os anos de 1970 a aos anos de 2000 provocara uma profunda fissura nos mecanismos de proteção social e nos desenhos dos Estados nacionais. Muitos dos países latino-americanos estavam mergulhados em ditaduras militares, com suas democracias caladas, seus sistemas de proteção social débeis e com alto grau de meritocracia ligada ao trabalho ou ao clientelismo político.

Esses anos foram anos difíceis para os países em desenvolvimento o risco já não estava somente na ausência de soberania e na ausência da democracia. O desemprego cresceu em larga escala, as expressões de pobreza se agigantaram impondo a muitos países a graves situações. Notadamente os que sustentavam suas políticas sociais com recursos oriundos da tributação do trabalho. Os sistemas de proteção social sofrem profundas mudanças, do norte ao sul do planeta.

Desde então a reedição de testes de meio para acesso aos benefícios de proteção social se fizeram mais exigentes, a fiscalização sobre as famílias beneficiadas tornou-se uma constante dos objetivos de um novo modelo de proteção social que surgia especialmente no e para o continente latino-americano.

OS RISCOS DO DESEMPREGO, EMERGÊNCIA DA POBREZA E AS IMPLICAÇÕES PARA OS SISTEMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL

O trabalho formal há sofrido importantes mutações desde os anos setenta do século XX e, com elas, se há transformado igualmente o sentido da proteção social, a noção de cidadania e dos direitos sociais produzidos e transformados desde então. A crise econômica nas economias capitalistas desencadeada nos anos 1970 supôs, de um modo brusco e em parte inesperado pelos trabalhadores, um incremento dos cortes no mercado de trabalho formal. Ela produziu, entre outras coisas, uma consciência de vulnerabilidade e instabilidade na manutenção e criação de novos campos de emprego, dependendo de alianças estratégicas e estruturais de exploração neocoloniais, que argumentavam o avanço das novas tecnologias e de uma nova morfologia do trabalho como um passo necessário para o desenvolvimento.

Junto à crise se modificou de modo radical o modelo industrial. Os grandes regimes industriais, que eram, incluso iconicamente, a expressão do poder e do progresso, se veem convertidas em pouco tempo em pura arqueologia, esmagadas por uma nova dinâmica empresarial que se fundamenta por deslocalização e em transferências para países emergentes com custos humanos e ambientais que geram a nova situação. A divisão mundial do trabalho e, sobretudo, as regras que presidem e articulam as relações de intercâmbio entre países variam profundamente, se “liberalizam” e “globalizam”, segundo a nova retórica que se vai difundindo. Tudo isso faz com que o sentido de estabilidade que é um dos recursos centrais do imaginário cívico dos países desenvolvidos e democráticos, se cambaleia e se instaura um novo sentimento de crise e vulnerabilidade, assim como a necessidade de ajustes, que

se convertem num motivo de ligação, como se em cada dia se tivesse uma tônica discursiva e que vão configurando uma nova paisagem psíquica. Os ajustem afetam de modo profundo os trabalhadores e as regiões industrializadas, aparecendo um novo tipo de desemprego, não conjuntural, mas estrutural. Algumas das noções vitais mais sólidas, como o progresso, a estabilidade e a seguridade herdadas ou influenciados pelo período keynesiano, se volatilizam em poucos anos e se instaura um regime de incertezas e instabilidades que cunham uma nova ordem de evidências inquestionáveis. O debate intelectual busca compreender a nova dinâmica e começa-se a falar do fim da sociedade do trabalho, da sociedade do risco ou da sociedade fluída, proporcionando um novo marco metafórico que permeia dar sentido a nova insegurança.

A metamorfose nos sistemas de emprego formal e protegido tem conferido resultados alarmante em diversas regiões do planeta, evidenciado também nos países europeus, a crise instalada tem produzido uma degradação das condições de trabalho, da vida, da proteção social, instituindo formas de pobreza em regiões que a muito já haviam superado seus traços, reconduzindo nos dias atuais, milhões de pessoas a viverem sob desproteção social.

Enquanto na Europa o processo de precarização atinge, na atualidade, segmentos do emprego que haviam adquirido estabilidade, restabelecendo uma vulnerabilidade de massa que havia sido superada no período hegemônico pelas políticas de bem-estar social, caracterizando uma dinâmica que deixa de ser marginal e passa a ser o centro dessa fase do desenvolvimento capitalista. Observamos na América Latina o problema da pobreza com raízes profundas e históricas que assolam o continente desde a muito tempo, associado, ainda, a sistemas de proteção social de natureza residual, débeis e pouco desenvolvido em alguns setores e países que aprofundam as marcas da pobreza geracional. No entanto, quando observamos o continente Africano, com diversos países sofrendo com conflitos armados, ditaduras, países devastados pelos interesses difusos e o problema da AIDS, a situação da fome e da pobreza se manifestam em escala exponencial ao sul do mundo, países que não conseguiram garantir institucionalidades democráticas, mínimos sociais para o cuidado de sua população, total ausência de políticas de proteção social, um cenário atormentado por campos de refugiados e a violação dos Direitos Humanos.

Há um fio condutor entre todas essas regiões, em escala diferente, mas uma articulação e uma indissociabilidade entre as formas precárias como a vida em sociedade tem se produzido, expressa na desestruturação dos mercados de trabalho, no papel do Estado e na sua desproteção social, na baixa institucionalidade democrática, na banalização do mal, dos direitos, na busca incansável por riqueza de uns a desprezo de outros, processos globais que a globalização financeira parece aprofundar em regiões do mundo e noutras destituir fronteiras antes inabaláveis.

Esse cenário coloca desafios para se pensar nas situações de pobreza e como os sistemas de proteção social têm se articulado com o mercado de trabalho para

superar, na qualidade de direitos sociais, tais situações que já não são mais exclusivas de certas divisões geográficas do planeta.

Em documento publicado em 2008, antes da crise financeira internacional, iniciada nos Estados Unidos, com a problemática imobiliário, a International Labour Organization apresentou um panorama mundial do trabalho entre os anos de 1990 a 2007, no qual alerta para um quadro ainda frágil e precário do trabalho no mundo, marcado pelo déficit de trabalho decente, e, portanto, pela situação de alta vulnerabilidade que aprofunda-se depois de 2008, com sérias consequências para os mecanismos de proteção social, tendo em vista que, em diversos países os sistemas de proteção social são, em parte, estruturados e organizados pelos sistemas de trabalho formal.

Na síntese do relatório, destacam-se os seguintes resultados para o período: 1) houve crescimento do emprego abaixo das necessidades de incorporação no mercado de trabalho e, em 51 dos 75 países que disponibilizaram informações, houve queda da participação dos salários como parte total da renda, em particular na América Latina e no Caribe (-13%), seguidos da Ásia e do Pacífico (-10%) e dos países avançados (-9%); 2) em dois terços dos países, houve aumento da desigualdade de renda, chegando a 70% a disparidade entre os 10% de assalariados com renda mais alta e os 10% com renda mais baixa; 3) em países com mercado financeiro sem regulamentação, caso típico dos Estados Unidos, houve endividamento dos trabalhadores e de suas famílias, estimulados a investir no mercado imobiliário e de consumo, num quadro de salários estagnados; 4) houve crescimento do emprego do chamado emprego atípico (contratos temporários, por tempo determinado, trabalho informal, sem registro, sem direitos sociais ou trabalhistas, com salários mais baixos e condições de trabalho precárias), o que, segundo o relatório, pode ter contribuído para o enfraquecimento da capacidade de negociação dos trabalhadores, especialmente os menos qualificados (ILO, 2008 apud Druck, 2013).

Ainda de acordo com o relatório da ILO, no ano de 2007, havia uma taxa de desemprego de 179,5 milhões de pessoas. Essa terrível taxa não para de crescer, a ILO em 2009, mediu uma taxa absoluta em 199 milhões de pessoas (ILO, 2013), o número absoluto é superior a população de um país como o Brasil para se ter ideia da dimensão do problema. No entanto, cabe observar que, essa taxa pode ser muito superior, países com altos índices de miséria não tem mecanismos eficientes para registrar dados sobre a sua população, as organizações estatais não conhecem com precisão as informações, o fenômeno da ausência de registros de nascimento e de óbito é um exemplo, num mundo que ao mesmo tempo, até a metade do mês de março de 2014, havia 2.9 bilhões de utilizadores de internet no globo, num mundo dirigido e conectado pela internet, mais da metade da população mundial nunca acessou ou tem à disposição a ferramenta (Worldometers, 2014).

Para além dos problemas com o emprego, temos ainda outro panorama desastroso, o das pessoas que vivem em extrema miséria, até outubro de 2013, a

United Nations medio 1,2 bilhão de pessoas vivendo nesta situação, sendo que muitas necessitam de um tipo de proteção social descolada das tradicionais formas ligados ao emprego, pois parte expressiva dessas pessoas nunca conseguirá acessar o mercado de trabalho formal, por consequência dos traços que a subnutrição causou ao longo dos anos e a baixa ou nula escolaridade que agravam o quadro e, também pelo fato de não haver emprego para todos. Neste universo 892 milhões pessoas encontram-se desnutridas no mundo ao mesmo tempo que outras 19 mil pessoas morrem de fome ao dia (Worldometers, 2014).

Esses dados correspondem a uma análise concreta: o mundo está mais desigual. Esse panorama tem apresentado desafios para a concretização do que é a proteção social e de como esta necessita ser afirmada como um direito inalienável de cidadania em todas as partes do mundo.

O PANORAMA LATINO-AMERICANO E CARIBENHO E AS MODALIDADES DE PROTEÇÃO SOCIAL

A constituição da proteção social na América Latina e no Caribe tradicionalmente está associada ao combate e/ou a prevenção da pobreza. Iniciada em alguns países da região, ainda no início do século XX, caracterizam formas residuais sustentadas majoritariamente por contribuições dos trabalhadores, seus empregadores e do governo.

Os mecanismos de proteção social na América Latina e no Caribe nunca se aproximaram das formas e prestações sociais mais conhecidas dos Estados de bem-estar social europeus. Sua configuração enquanto direitos alicerçados pelos estados reflete a tardia constituição democrática do continente e o frágil mercado de trabalho formal constituído nos principais países do continente. Sem exceção as políticas e os programas que materializavam as formas de proteção social no continente até meados da década de 1980 pautavam sobre testes de meios, documento de contribuição ou emprego formal. Esse panorama passa a sofrer alterações com superação das ditaduras militares e a instituição democrática na região, possibilitando aos governos eleitos juntamente com a pressão dos movimentos sociais e da população conquistas na redação dos direitos de cidadania ligados aos sistemas de saúde, assistência social, pensões e proventos e reforma das legislações de atenção aos vulneráveis como crianças, adolescentes e idosos vivendo em situação de risco.

No entanto, parece que o continente esteve na contramão das tendências internacionais, ao mesmo tempo que as economias mais desenvolvidas do mundo entram em crise, forçando uma reconfiguração em escala global dos sistemas de produção, de emprego e também dos custos com a proteção social, contraditoriamente os países desse continente, no bojo da crise internacional, tentam edificar sistemas de proteção social ao conjunto da população rompendo com os testes de meio, contribuições diretas ou emprego formal, muitos garantem em suas novas constituições

preceitos de proteção social ao mesmo tempo que o Chile, por exemplo, já experimentava os ajustes privatizantes em suas políticas sociais. Outros dependendo da regulamentação em leis complementares, como o Brasil, tiveram uma profunda reorientação, como a reinstituição de testes de meios ou responsabilização da família, da sociedade para quando essas instâncias falharem o Estado assumir os riscos com uma frágil rede de atenção. E aqueles outros países com dificuldades orçamentárias que pouco avançaram na construção de seus sistemas, como por exemplo, Paraguai, Haiti, Bolívia, Honduras entre outros.

Percebe-se que o problema da pobreza e ausência de mecanismos fortes de proteção social revela a condição histórica de periferia do mundo associando ainda ao baixo crescimento econômico dos países, o qual leva à falta constante de empregos protegidos. Essa situação, demarcada com a baixa escolaridade ou a sua má qualidade, déficits de aprendizagem, subnutrição, fome, ausência de assistência sanitária, de pensões e de participação corrobora para a reprodução da pobreza geracional, uma vez que os filhos das famílias pobres têm grandes possibilidades de reproduzirem a história de seus progenitores, ao não acessar empregos e sistemas de proteção de qualidade para auxiliá-los a romper as amarras da pobreza, conduzindo-os a reprodução sistemática.

O que parece conferir uma identidade aos povos latinos não se sustenta em linhas de igualdade ou cultural, ao contrário, a desigualdade entre as populações de todos os países confere um traço indenitário para essa região.

Paralelamente as tentativas de erigir sistemas de proteção social, nos anos de 1990, vive-se no continente um período de profundas transformações paradigmáticas. De um lado as jovens democracias se estruturam e constituem a institucionalidade política, ao mesmo tempo, em que a crise econômica assola os países, especialmente aqueles que já possuíam uma base industrial mais consolidada em funcionamento como o México, Brasil e Argentina que quase entram em colapso por consequências de suas altas dívidas internacionais nos anos de 1990. A adoção de políticas comerciais liberalizantes, impulsionou a uma ligeira alta das exportações e das importações, contudo, o desequilíbrio da balança comercial esteve presente, onde as importações cresciam a uma taxa superior as exportações, o impacto foi negativo sobre o nível de atividades econômicas e sobre a geração de empregos.

As consequências diretas sobre a redução do emprego na região foi o aumento da informalidade, o trabalho desregulamentado, sem proteção e intensificado quando protegido. Esse movimento levou a uma redução de número de pessoas protegidas pelos programas de seguridade social, forçando os governos a ampliar os gastos públicos na esfera social. O gasto social entre os anos de 1990 a 2003 subiram de 10% do PIB para 13,8% respectivamente (UN, 2005, apud Mattei, 2009).

A Comissão Econômica para América Latina e Caribe (ECLAC), em 2005, inicialmente elegendo o valor de US\$ 2,00 dia, conforme metodologia do Banco Mundial, para caracterizar situações de pobreza no continente, ou indigência, afirmou

que o impacto da expansão dos gastos foi incipiente, uma vez que em 2002 existiam 221 milhões de pessoas classificadas como pobres, o que representa 44% de toda a população do continente. Deste total, cerca de 96 milhões de pessoas estavam em situação de pobreza extrema, ou seja, viviam com US\$ 1,00 ou menos por dia. Esses dados abrangem em sua maioria pessoas que vivem em regiões urbanas, resultado do crescimento desordenado das cidades, sem qualquer infraestrutura.

Os sistemas de proteção social organizados na América Latina durante esse período foram caracterizados em estudo comparado realizado por Dixon (2000), onde o autor mostra três grandes núcleos financiadores das políticas sociais. O primeiro núcleo, financiado pelo orçamento público, destinados à população total ou categorias designadas e seus dependentes, que buscam os objetivos de redução da pobreza, sua prevenção ou compensações sociais, os traços recorrentes desse grupo são os testes de meio para a elegibilidade. O segundo núcleo, financiado pelo orçamento público, contribuições de empregadores e de seus empregados, destinados a trabalhadores em categorias específicas ou formais e a seus dependentes, que busca o objetivo majoritário da prevenção da pobreza, o traço vinculativo a esse grupo é o pagamento de contribuições. O terceiro núcleo, financiado por contribuições individuais, destinado a segurados, que tem como objetivo a prevenção da pobreza que tem como elegibilidade o pagamento das últimas contribuições.

Dentre esses, Dixon (2000) projetou estratégias de funcionamento: contribuição do empregador, formas privatizadas de planos ocupacionais obrigatórios, planos pessoais obrigatórios, assistência social - contribuições sociais e fundos públicos obrigatórios - Fundos Nacionais Previdenciários. Contudo, não podemos descartar hiatos de implementação existentes entre os sistemas, em termos de programa de cobertura, elegibilidade aos benefícios e generosidade dos benefícios e administração e finanças dos programas. Tal hiato pode ser uma característica significativa em países que sofram de sérios desequilíbrios econômicos.

Os diversos países da região mostram uma multiplicidade tipológica de coberturas. Países que optam pela universalização de algumas políticas e de outras não, coberturas restritas através da exclusão de segmentos específicos da população por razões ideológicas, políticas ou econômicas. Restrições por especificação de critérios de necessidade, por provisão orçamentária, provisão segundo salários anteriores. No campo da saúde percebemos a provisão de benefícios de saúde que incluem atenção médica, hospitalar e paramédica, com diferentes modalidades, àqueles cobertos pelos sistemas para os contribuintes e seus dependentes, àqueles países que definem restrições de disponibilidade, ou da faixa de benéficos de saúde provido pelo sistema. Também há países que dispõem de incentivos para encorajar ou capacitar os usuários para ingressarem no mercado de trabalho com objetivo de reduzir a dependência (Dixon, 2000).

Esse panorama de pobreza estava posto mesmo diante de um conjunto de medidas de proteção social, no entanto, majoritariamente fundadas em torno do

trabalho formal.

A CENTRALIDADE DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE: RECONFIGURAÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL

Os desafios para a América Latina e para o Caribe ainda são gigantes. Para além das fragilidades das políticas sociais e econômicas a região enfrenta questões ligadas a direitos básicos de cidadania e ao acesso aos serviços públicos amplos e de qualidade. O crescimento rápido das cidades coloca desafios para os governos locais, em 1950, a região tinha apenas 8 cidades com mais de um milhão de habitantes, em 2012 essas cidades chegaram 56, com esse crescimento exponencial, constata-se também, déficits urbanos que agudizam a pobreza e a desigualdade. A informalidade, a precariedade das moradias (assentamentos improvisados e favelas), a falta de cobertura de serviços básicos e/ou sua má qualidade, as deficiências do transporte coletivo, os problemas com o transporte privado e a escassez de equipamentos comunitários e espaços públicos são algumas das marcas que acentuam a pobreza. Todos esses problemas, grosso modo, estão envolvidos com a ausência de vontade política e com a baixa institucionalidade da proteção social (ECLAC, 2012).

A United Nations por meio do Millennium Declaration definiu campanha para a redução da fome, em sua Assembleia número 55/2 em 2000, Também a Food and Agriculture Organization lançou campanha Latin America and the Caribbean without Hunger 2025, com o objetivo de reforçar a capacidade dos países da região para implementar políticas públicas capazes de promover a erradicação total da fome até o ano de 2025, ao mesmo tempo que se busca monitorar as ações voltadas à segurança alimentar e nutricional dos países com o Millennium Declaration (MATTEI, 2009).

A preocupação em enfrentar o cenário de crescente pobreza, entrou definitivamente nas agendas nacionais, com implementação de ações em diversos países da região. Observa-se o Programa Fome Zero, no Brasil, o Programa Família em Ação, na Colômbia, o Programa Familiar, na Argentina, o Plano Nacional de alimentação, no Uruguai, o Plano Alimentação de Trabalhadores, na Venezuela, o Programa Oportunidades, no México. Todos os países da região gradativamente passam a desenvolver políticas sociais para o enfrentamento da situação da fome.

Além das iniciativas mais pontuais para enfrentar a problemática da fome, os países instituíram programas focalizados de transferência de renda, a partir dos anos de 1990, destinados a grupos de maior vulnerabilidade social, baseados em testes de meio, para verificar o grau de pobreza com instituição de condicionalidades obrigatórias para as famílias beneficiadas a fim que estas superassem a condição de pobreza extrema.

O primeiro país da região a instituir um Programa de Transferência de Renda foi Honduras, com o Programa de Asignación Familiar (1990), seguido do México com o Oportunidades (1997), Equador – Bono de Desarrollo Humano (1998), Colômbia –

Famílias enAcción (2000), Jamaica - Programme of Advancement through Health and Education PATH (2001), Chile – Chile Solidário (2001), Brasil – Bolsa Família (2003), El Salvador - RedSolidarieda, Programa Comunidades Solidárias Rurales, Programa Comunidades Solidárias Urbanas (2005-2009), Peru - Red Juntos (Programa Nacional de ApoyoDirecto a los más pobres (2005), Paraguai - Programa Abrazo, Programa Tekoporã e Programa Ñpytyvô (2005), República Dominicana – Programa Solidariedad (2005), Panamá – Red de Oportunidades (2006), Costa Rica – Avancemos (2006), Trinidad e Tobago - Target Conditional Cash Transfer (2007), Uruguay - Programa NuevoRegimen de Asignaciones Familiares (2008), Bolívia - Programa Bono Madre – Niño “Juana Azudy” (2009), Argentina Programa AsignaciónUniversal por Hijo para Protección Social (2009), Guatemala - Mi Bono Seguro (2012).

Com os Programas de transferência de Renda instituídos na América Latina e Caribe a partir dos anos de 1990 percebe-se a prevalência de programas de pequena escala, dispersos, efêmeros e sem impactos relevantes. A partir de 1995 esses programas passam a ganhar novas dimensões e abrangências, de tal modo que se redesenha a proteção social na região sob a base dos programas de transferência de renda como principais mecanismos de enfrentamento à pobreza. Neste sentido, a proteção social, assim configurada compõem sistemas incapazes de enfrentamento das determinações estruturais que geram a pobreza, pois, grosso modo, limitam-se ao alívio imediato dos traços da pobreza sem enfrentar a situação em sua raiz.

A proteção social nestes moldes transita de uma proposta universal assentada no direito de cidadania e sustentabilidade para uma concepção centrada em pessoas com necessidades imediatas. Há uma substituição do direito pela racionalidade da focalização. O combate à desigualdade, próprios dos modelos clássicos de proteção social não ganha corpo nesse modelo.

Mesmo os Programas de Transferência de Renda assumirem papel importante na renda familiar, a renda do trabalho segue sendo a fonte primária das famílias, obtida por meio da participação dos seus membros no mercado de trabalho. Dado que demonstra como a disparidade entre a renda do trabalho e a concentração de propriedade na América Latina seguem desigual. A transferência de renda por meio dos programas ainda é muito baixa, representa 9% da renda total das famílias, sendo as aposentadorias e pensões as transferências públicas mais significativas.

O perfil que mais recorrem aos auxílios do Programas de Transferência de Renda se encontra aqueles mais atingidos pela pobreza: crianças e adolescentes, mulheres, indígenas, idosos, deficientes, desalojados ou expulsos dos seus territórios, entre outros.

Um dos grandes problemas verificados na região, continua sendo as relações de gênero. A mulher está envolta em profundas marcas de desigualdade e discriminação que a afetam negativamente. A mulher assume extenuantes cargas de trabalho na família, assume o trabalho doméstico não remunerado, os cuidados dos filhos, agrega ainda, o trabalho externo a casa mal remunerado e/ou pouco reconhecido.

Tradicionalmente agravado pelas condições e local em que essa mulher vive, muitas vezes em zonas urbanas longínquas, o que a faz dispendar longas horas de locomoção de casa ao trabalho e vice e versa, serviços de atenção básica de má qualidade ou a sua ausência, impossibilidade de acesso aos serviços públicos por consequência da jornada de trabalho diária coincidir com o horário que os serviços são oferecidos, violência doméstica, psicológica, física e sexual.

Em 2005, havia 563 milhões de pessoas residindo na América Latina e no Caribe, em 2012 esse número projetado chegou a 593 milhões de pessoas divididos em 291 milhões de homens e 301 milhões de mulheres (ECLAC, 2012). A divisão e maior quantidade de mulheres, associado ao contexto histórico de subalternidade da mesma na região, lhe conferi maior índice de pobreza às mulheres e às famílias compostas de mães e filhos.

De acordo com dados disponibilizados por 14 países, 6,7% da população latino-americana está inserida no setor de cuidados, três quartos desse índice estão empregados em serviços domésticos. As mulheres ocupam 94% dos trabalhos associados a este setor: 71% em serviços domésticos e 23% em serviços educativos e de saúde. Os 6% restantes correspondem a homens empregados em serviços domésticos ou ocupações do âmbito do cuidado (ECLAC, 2012).

A escassa regulação do trabalho doméstico em todos os países da região, baixos salários, pouco acesso a proteção social, discriminação e condições laborais precárias confere a esse grupo maior incidência de pobreza, tal cenário é agravado quando as famílias são compostas por mulheres e filhos, e mais grave ainda quando essa configuração agrega idosos e enfermos. Mesmo com dificuldade em medir exatamente a quantidade da população que vive com algum tipo de incapacidade, estima-se que ao menos 12% da população latino-americana e caribenha vivam com algum tipo de incapacidade, perfazendo aproximadamente 66 milhões de pessoas.

A mulher subalternizada e vítima das relações de dominação e poder costumeiramente recebe menos que os homens no mercado de trabalho, assumem trabalhos em maior proporção que ao homem em setores da economia informal, como por exemplo, o doméstico, onde milhões de mulheres na sua luta cotidiana pela sobrevivência vendem sua força de trabalho como empregadas domésticas, como faxineiras ou em outros setores da economia informal, como coletoras de material reciclado, também, se submetem a exploração sexual.

Esse quadro está presente desde as pequenas cidades até as maiores e mais ricas, principalmente nestas últimas, a mulher pobre é vitimizada duplamente, pois é invisível para as políticas sociais residuais e pouco institucionalizadas, pela violência urbana e policial que reproduz os traços da violência doméstica, agravadas pela fome, analfabetismo, maternidade e pelo sofrimento da subalternidade. Já em áreas rurais a mulher, em muitos casos, segue sendo propriedade do homem/marido.

Uma característica importante a ser ressaltada, diz respeito ao papel que os Programas de Transferência de Renda têm promovido na vida das mulheres, mesmo

a transferência monetária ainda sendo baixa, muitas mulheres têm rompido as marcas históricas da fome e da subalternidade. Conseguem desvincular-se de seus companheiros violentos por não dependerem mais deles para contribuir na manutenção das despesas domésticas, rompendo com histórias de violência doméstica, física e psicológica. Além de mais, mulheres que sustentam a maternidade sozinhas conseguem imprimir melhores taxas de desenvolvimento com o auxílio das transferências de renda. Esse quadro por si só já apresenta importantes avanços, mesmo que o modelo de proteção social mais amplo, pautado em serviços universais falhe ou esteja ausente neste momento, do contrário essas mulheres estariam desprotegidas e largadas à própria sorte e aos riscos da vida em sociedade. Contudo, a de destacar que a proteção social pautada em direitos permiti continuidade e diversidade nos serviços e atenções, possibilitando atenção às necessidades para além das imediatas.

Em relação a crítica, a questão nuclear da transição dos sistemas de proteção social assenta-se na troca da soberania do cidadão pela soberania do consumidor. Esse fenômeno desenvolvido a partir da implantação das políticas de ajuste econômico e potencializadas por estes programas de transferência de renda têm imposto um novo paradigma às formas de proteção social. Sua natureza muda substancialmente, mesmo que os extratos de classe que são beneficiados pelos programas de transferência de renda, na minha concepção, não podem ser considerados consumidores, as famílias adquirem capacidade de consumo e endividamento, pois o histórico de pobreza na qual estavam imersas as famílias jamais lhes possibilitou consumir o mínimo que uma pessoa necessita para o seu desenvolvimento físico, alimentos de boa qualidade, como proteínas e vitaminas, essenciais para o desenvolvimento físico mental adequado, bens móveis (linha branca), bens culturais, ou supérfluos de qualquer natureza. Percebe-se que, mudanças sociais e econômicas provocam por vezes uma mudança no conceito, e vice-versa. Em algumas circunstâncias direitos sofrem retrocessos, como também podem ocorrer conquistas duradouras em favor deles.

Por outro lado, se vê um panorama de possibilidades para o continente com os indicadores econômicos, em 2011 o PIB da região cresceu 4,3%, o que equivale um PIB per capta de 3,2%, mesmo que inferior ao ano de 2010, a região dá sinais de recuperação da crise do ano anterior.

A ECLAC (2012) aponta que desde de 2002, exceto em 2009 por conta da crise, as taxas de emprego vêm crescendo na região. A taxa média de desemprego em 2010 era de 7,3% enquanto que em 2011 foi de 6,7%. Essa taxa média representa a mais baixa desde os anos noventa em que a região estava mergulhada numa profunda crise. A decomposição desse percentual mostra que quase a totalidade dos países da região tiveram índices inferiores a 8% de desemprego.

Apenas a Costa Rica e Honduras tiveram uma retração mais tímida no desemprego, de 0,6% e de 0,4% respectivamente. Os países com maior retração foram Panamá (2,3%), Equador (1,6%), Chile (1,1%).

O estudo aponta ainda, que os salários reais do emprego formal cresceram mais

em nove países, também o salário mínimo real exibiu crescimento, possibilitando que um número expressivo de famílias deixasse as linhas de indigência e de pobreza. O que ainda preocupa a região é a inflação que em 2011 atingiu o índice médio de 6,9%, 0,4 percentuais a mais que em 2010. Mesmo com uma ligeira taxa de crescimento 1,1 ponto percentual abaixo de 2011, a América Latina e Caribe cresceram em 2012 3,2% o PIB (ECLAC, 2012).

Esse cenário de crescimento econômico implica na redução da pobreza, mesmo que com frágil crescimento real dos salários mínimos e com incremento de programas focalizados, observa-se uma redução real e expressiva da população que vivia em situação de pobreza. Em 1998 a região apresentava 192 milhões de pessoas vivendo na indigência e na pobreza (Kliksberg, 2000), em 2012, registrou-se 167 milhões de pessoas ainda vivendo em situações de indigência e/ou pobreza. O que representa 28,8% da população da região. Já as políticas de combate a situações de indigência não foram tão eficientes se comparados os anos de 2011 e 2012, a cifra de 66 milhões de pessoas vivendo em situação de indigência se manteve estável nos dois anos. Resultado também dos baixos investimentos públicos em diversificação de benefícios e serviços de proteção social básica.

A pobreza na América Latina continua sua tendência de queda, mesmo que em ritmo menor ao observado nos últimos anos, representa avanços na mudança da realidade do continente que guarda e reproduz traços históricos de pobreza geracional.

Mesmo com a redução das taxas de pobreza e ampliação do mercado de trabalho formal o continente ainda apresenta taxas inaceitáveis em muitos países. Neste sentido, a criação de um piso de proteção social para o continente é fundamental para auxiliar governos e suas políticas a superarem as expressões da pobreza.

Apesar da redução da pobreza no continente a desigualdade de renda pouco retrocedeu. Uma das marcas históricas da região são as altas concentrações de riquezas nas mãos de poucos. As estatísticas disponíveis para 18 países mostram que os 10% mais ricos da população latino-americana recebe 32% da renda total, enquanto os 40% mais pobres recebem somente 15% (ECLAC, 2012).

O panorama apresentado, se deve, em grande medida, ao bom desempenho que a região vem obtendo nos últimos anos. O crescimento real das economias nacionais, logo o PIB, vem possibilitando melhorar índices de redistribuição da renda via salários e, também, implementar medidas de proteção social ao conjunto da população. Percebe-se melhorias e ampliações no sistema de ensino básico, médio e superior, mais adeptos aos sistemas de previdência social, ampliação de políticas sociais não contributiva, transferências de renda condicionada, benefícios para recortes etários que abrangem a infância e a velhice, melhorias nos sistemas públicos de saúde. Ainda que muito aquém dos sistemas propostos por Beveridge e Keynes para a Europa no pós guerra, e tido como um modelo bem sucedido. A região caminha para a redução concreta das expressões da pobreza.

CONSIDERAÇÕES

As significativas mudanças ocorridas na política social dirigiram-se na “descentralização dos programas e projetos de caráter social, participação da comunidade, adoção de um novo modelo de assistência social, implantação de programas e projetos auto-sustentáveis, parcerias, implantação de programas do tipo renda mínima, bolsa-escola e filantropia empresarial” (KAMEYAMA, 2000, p. 246).

Tem se tornado notório e consensual entre a comunidade acadêmica e as mais diversas instituições políticas, que a pobreza, resulta do cenário de forte desigualdade, marcado por profunda concentração de renda, no não acesso aos serviços básicos de saúde, assistência, alimentação/nutrição, água potável, segurança pública, moradia, educação, à informação, ao trabalho e a renda digna, e na participação política. A pobreza é um fenômeno estrutural na sociedade contemporânea, complexo, de natureza multidimensional, relativo, não podendo ser considerado como mera insuficiência de rendimentos (NARAYAN e PETESCH, 2002).

O surgimento de práticas de combate à pobreza e outros infortúnios da vida biológica e social, de forma geral, estão presentes em todas as sociedades humanas, não encontramos sociedades que não tenham desenvolvido algum mecanismo de proteção social aos seus membros mais vulneráveis (DI GIOVANNI, 1998), seja de modo rústico, através de instituições não especializadas e plurifuncionais, por exemplo, a família, ou com níveis de sofisticação e organização, como os modelos desenvolvidos pelos Estados nacionais e territórios, assim, diferentes formas de proteção social emergem e se desenvolvem ao longo do tempo e do espaço das sociedades em mecanismos de combate as expressões da pobreza ou para a sua prevenção ou ainda para o simples alívio imediato das expressões causadas pela pobreza.

A proteção social compreende formas, as vezes mais, as vezes menos institucionalizadas, que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Tais mecanismos derivam de certas vicissitudes da vida natural ou social, expressas na velhice, na doença, no infortúnio e nas privações.

Contudo, desde os anos de 1990 os investimentos nas políticas sociais públicas tem sido reduzido drasticamente reprogramando as formas de viver da população mais empobrecida. Nesse contexto sofrem uma refração no que concerne à garantia de direitos, especialmente os universais, surgindo daí pacotes reformadores dos sistemas de proteção social. Novas estratégias para as políticas sociais passam a permeiar o ideário dos ajustes estruturais no que tange a um novo perfil para a política social focalizada e restritiva a determinadas demandas subalternas, agravando com isso o quadro social.

Stein (2005, p. 116) menciona que, com esse cenário, o “último mecanismo de redistribuição dos rendimentos são as políticas sociais focalizadas em grupos de maior risco. Destinam-se às pessoas mais pobres, a fim de cobrir as suas necessidades essenciais, sem exigir contribuição prévia”. Esses processos de reorientação pautam-

se em sistemas de transferência de renda. Com efeito, “os sistemas de rendimento mínimo não atuam isoladamente, mas sim como elementos de uma combinação de ajudas em espécie, de prestação e de serviços sociais”.

REFERÊNCIAS

CASTEL, M. **La era de la información. Economía Sociedad y Cultura – El poder de la identidad**. Madrid: Alianza, v. Vol. II , 1997.

CORUJO, B. S. **Introducción al derecho de la protección social**. Valencia: Tirant Lo Blanch, 2006.

DI GIOVANNI, Geraldo. **Sistemas de Proteção Social: uma introdução conceitual**. In.: OLIVEIRA, M. A. **Reforma do Estado & Políticas de Emprego no Brasil**. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

ESPING-ANDERSEN, G. **Fundamentos sociales de las economías postindustriales**. Barcelona: Ariel, 2000.

HOBBSAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ILO, I. L. O. **A fair globalization: Creating opportunities for all**. Geneva. 2004.

JESSOP, B. **Crisis del Estado de bienestar: hacia una nueva teoría del Estado y sus consecuencias sociales**. Santa Fé de Bogotá: Siglo del Hombre, 1999.

KAMEYAMA, Nabuco. **As novas tendências das políticas sociais**. Anais do IX ENPESS, 2000.

NARAYAN, Deepa; PETESCH, Patti. **VOICES OF THE POOR: From Many Lands**. The World Bank: Washington, 2002.

OIT, O. I. D. T. **Piso de Proteção Social para uma Globalização Equitativa e Inclusiva. Relatório do Grupo Consultivo sobre o Piso de Proteção Social**. Genebra. 2011. (978-92-2-825338-2).

STEIN, Rosa Helena. **As políticas de transferência de renda na Europa e na América Latina: recentes ou tardias estratégias de proteção social?** Universidade de Brasília (UnB). Centro de pesquisa e pós-graduação sobre as Américas (CEPPAC). Tese de doutoramento. Brasília, 2005.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-21-5

